MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

NOTA INFORMATIVA Nº 194/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Licença para desempenho de mandato classista e adicional de insalubridade

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio do Despacho nº 1557 DINOR/COLEP/CGRH/DP/SE/2009, fls. 159/160, encaminha o processo em epígrafe, que trata de pagamento de adicional de insalubridade a servidor licenciado para exercer mandato classista.
2. Caso o servidor esteja afastado para o desempenho para mandato classista, não fará jus à percepção do adicional de insalubridade, por estar afastado do local ou atividade que deu origem à concessão do referido adicional.
3. De acordo com o previsto nos incisos IX e X do art. 12 da Lei nº 12.775, de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2013, não seria mais devido o adicional de insalubridade aos titulares de cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário.
4. Sugere-se a restituição dos autos à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para conhecimento e demais providências.

INFORMAÇÕES

5. Consta dos autos (Despacho nº 555/2009/SECOM/DICAD/COPES/CGRH, fl. 66), que foi concedida, no período de 23 de março de 2009 a 26 de agosto de 2011, licença para desempenho de mandato classista ao servidor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ocupante do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, Classe S, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Frise-se que o servidor percebe a remuneração pelo referido Ministério, com ressarcimento pelo Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, nos termos do Ofício-Circular nº 8/SRH/MP/2001 (Portaria à fl. 67).
6. Ressalte-se que a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e

Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro encaminhou ao interessado Comunicação SAP/SFA/RJ N° 076, de 20 de maio de 2009, fl. 110, informando a suspensão do pagamento do adicional de insalubridade, a partir de maio de 2009, em virtude de seu afastamento para desempenho de mandato classista.

7. Aquela Superintendência procedeu à recomposição da remuneração do servidor, tendo em vista o recebimento do Memorando n° 891/SE, de 04/06/2009. Ademais, asseverou-se que, devido ao afastamento do interessado para o desempenho de mandato classista, não haveria pressuposto para a manutenção do adicional de insalubridade.

8. Instada a se manifestar, a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do MAPA, mediante Despacho n° 681 DINOR/COLEP/CGRH/SPOA/SE/2009, fls. 152/153, submeteu o assunto à extinta Secretaria de Recursos Humanos deste Ministério que, por meio da Nota Informativa n° 222/2009/COGES/DENOP/SRH/MP, fls. 155/156, se manifestou nos seguintes termos:

8. Sendo o adicional de insalubridade, uma vantagem de natureza transitória, que não se incorpora à remuneração do servidor, não cabe o seu pagamento àqueles que estejam distantes de seu habitual local de trabalho e por isso deixem de exercer as atividades nocivas à saúde que originaram a sua percepção. Ressalte-se que em tais afastamentos, a legislação pertinente exclui taxativamente o pagamento da aludida vantagem sem excetuar o afastamento para exercício de atividade sindical, não havendo, portanto, amparo legal para a sua manutenção, devendo, então, esse Ministério providenciar a sua imediata suspensão, comunicando ao servidor interessado.

9. Por conseguinte, a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do MAPA, mediante Despacho n° 1557 DINOR/COLEP/CGRH/DP/SE/2009, fls. 159/160, julgando ainda haver dúvidas a respeito do assunto, expôs o que se segue:

O art. 1º, do Decreto n° 2.066, de 12.11.1996, que regulamenta o art. 92 da Lei n° 8.112, de 11.12.1990, apenas exclui do servidor em exercício de mandato classista, a promoção por merecimento, considerando o afastamento, efetivo exercício.

Por conseguinte, o Ofício-Circular n° 8/SRH/MP, de 16.03.2001, que norteou a concessão da licença em exame, autoriza o pagamento de servidor no afastamento sob comentário na modalidade de **ressarcimento**, estipulando que tal característica **não implica em ônus para a União**, dada a natureza do afastamento ser sem remuneração.

Outra questão que no futuro poderá prejudicar o servidor exercente de mandato classista, diz respeito à contagem de tempo de serviço prestado sob condições insalubres. O assunto está regulamentado desde o ano de 2007, para servidores que até o advento da Lei n° 8.112, de 11.12.1990, laboravam em atividades penosas, quando encontravam-se regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

posteriormente transpostos naquela ocasião para o Regime Jurídico Único.

[...]

Nesta trilha, tudo leva a crer que o Poder executivo regulamentará o quanto antes o préfalado (*sic*) art. 40 § 4º da CF, reconhecendo o direito dos servidores que após o advento do RJU, continuaram a laborar sob condições insalubres, já no regime estatutário. Logo, se aos servidores licenciados para o exercício de mandato classista, lhes excluïrem (*sic*) o adicional de insalubridade/periculosidade, estes ficarão prejudicados na apuração de seu tempo de serviço. Releva comentar, que o interessado por toda a sua vida profissional, antes como médico veterinário e após como Fiscal Federal Agropecuário, sempre percebeu o adicional em comento.

10. Preliminarmente, convém esclarecer que o adicional de insalubridade devido aos servidores que trabalhavam sob o regime celetista e, posteriormente, foram transpostos para o regime estatutário, é considerado apenas para contagem de tempo de serviço.

11. No que tange à licença para desempenho de mandato classista, deve-se destacar que está prevista no art. 92 da Lei nº 8.112, de 1990, o qual dispõe o seguinte:

Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites: [\(Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005\)](#)

I - para entidades com até 5.000 associados, um servidor; [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

II - para entidades com 5.001 a 30.000 associados, dois servidores; [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

III - para entidades com mais de 30.000 associados, três servidores. [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

§ 1º Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. [\(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

12. Do exposto, verifica-se que a referida licença poderá ser concedida ao servidor sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros.

13. Deve-se esclarecer que, conforme preceitua o § 2º do art. 92 da Lei nº 8.112, de 1990, a licença para desempenho em mandato classista terá duração igual à do mandato, e somente pode ser prorrogada por uma única vez.

14. Registre-se, por oportuno, que o art. 92 da Lei nº 8.112, de 1990, foi regulamentado pelo Decreto nº 2.066, de 12 de novembro de 1996, que, em seu art. 1º, assegura ao servidor que usufruir a licença para desempenho de mandato classista a contagem do tempo de serviço como se efetivo exercício estivesse, excetuando-se os casos de promoção por merecimento.

15. Frise-se que a extinta Secretaria de Recursos Humanos deste Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu Ofício-Circular nº 08/SRH-MP, de 16 de março de 2001 (cópia anexa), no qual é informado que a licença em comento, concedida sem remuneração, poderá ser efetuada na modalidade de ressarcimento.

16. A concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade está prevista nos arts. 68 a 70 da Lei nº 8.112, de 1990, *in verbis*:

Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 70. Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

17. Deve-se salientar que o Decreto nº 97.458, de 1989, regulamentou a concessão do adicional de periculosidade, estabelecendo que a caracterização e classificação da periculosidade para os servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional será feita nas condições disciplinadas na legislação trabalhista. Ademais, o inciso I do art. 3º do referido

Decreto dispõe que o adicional em comento não será concedido aos servidores que, no exercício de suas atribuições, fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional.

18. De acordo com o art. 12 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base em percentuais que incidirão no vencimento do cargo efetivo. Vejamos:

Art. 12. Os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base nos seguintes percentuais:

I - cinco, dez e vinte por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente;

II - dez por cento, no de periculosidade.

§ 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento. [\(Regulamento\)](#)

§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 4º O adicional de periculosidade percebido pelo exercício de atividades nucleares é mantido a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada, e sujeita aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.

§ 5º Os valores referentes a adicionais ou gratificações percebidos sob os mesmos fundamentos deste artigo, superiores aos aqui estabelecidos, serão mantidos a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada, para os servidores que permaneçam expostos à situação de trabalho que tenha dado origem à referida vantagem, aplicando-se a esses valores os mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos.

19. Convém destacar que, atualmente, vigora a Orientação Normativa nº 6, de 18 de março de 2013, desta Secretaria de Gestão Pública, a qual definiu a concessão dos adicionais mencionados nos seguintes termos:

Art. 4º Os adicionais de insalubridade, de periculosidade e de irradiação ionizante, bem como a gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, estabelecidos na legislação vigente, não se acumulam e são formas de compensação por risco à saúde dos trabalhadores, tendo caráter transitório, enquanto durar a exposição.

[...]

Art. 10. A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, dar-se-ão por meio de laudo técnico elaborado com base nos limites de tolerância mensurados nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

[...]

Art. 13. A execução do pagamento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade somente será processada à vista de portaria de localização ou de exercício do servidor e de portaria de concessão do adicional, bem assim de laudo técnico, cabendo à autoridade pagadora conferir a exatidão dos documentos antes de autorizar o pagamento.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do adicional, será observada a data da portaria de localização, concessão, redução ou cancelamento, para ambientes já periciados e declarados insalubres e/ou perigosos, que deverão ser publicadas em boletim de pessoal ou de serviço.

Art. 14. O pagamento dos adicionais e da gratificação de que trata esta Orientação Normativa será suspenso quando cessar o risco ou quando o servidor for afastado do local ou da atividade que deu origem à concessão.

20. Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão. Nesse sentido, a extinta Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas, por meio da Nota Informativa nº 222/2009/COGES/DENOP/SRH/MP, fls. 155/156, deixou assente que, no caso de o servidor se afastar das atividades que originaram a concessão do adicional de insalubridade, inclusive para desempenho de mandato classista, não há amparo legal para a manutenção do referido adicional.

21. Cabe destacar, ainda, que esta Coordenação-Geral – CGNOR, já se manifestou por intermédio da Nota Técnica nº 300/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 14 de setembro de 2012, e da Nota Informativa nº 167/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 30 de março de 2012 (disponíveis no CONLEGIS - Consulta de Legislação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio oficial localizado no endereço eletrônico www.servidor.gov.br, link legislação), no sentido de que o pagamento do adicional de insalubridade só é devido enquanto o servidor estiver exposto a situações comprovadamente insalubres, e somente enquanto nelas permanecer, devendo ser suspenso em caso de afastamento das atividades, ou extinto quando cessarem as condições ou riscos que deram causa à sua concessão, em observância ao que determina o art. 68 da Lei nº 8.112, de 1990.

22. Dessa forma, depreende-se que, caso o servidor esteja afastado para desempenho de mandato classista, não fará jus à percepção do adicional de insalubridade, por estar afastado do local ou atividade que deu origem à concessão do referido adicional.

23. Ressalte-se, ainda, que, com o advento da Lei nº 12.775, de 2008, os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, passaram a ser remunerados por subsídio, conforme disposto no art. 10 da referida Lei:

Art. 10. A partir de 1º de janeiro de 2013, conforme especificado no Anexo III desta Lei, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a [Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004](#).

Parágrafo único. Os valores do subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o caput são os fixados no Anexo III desta Lei.

24. Ademais, a Lei nº 12.775, de 2008, dispôs sobre as parcelas que deverão ou não compor o subsídio percebido pelos Fiscais Federais Agropecuários, *in verbis*:

Art. 11. Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a partir de 1º de janeiro de 2013, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA, de que trata o [art. 5º-A da Lei nº 10.883, de 2004](#).

Art. 12. Não são devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a partir de 1º de janeiro de 2013, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos [arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 1952](#), e dos [arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 1990](#);

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 14.

Art. 13. Os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

25. Da leitura dos dispositivos supra, observa-se que, a partir de 1º de janeiro de 2013, não seria mais devido o adicional de insalubridade aos titulares de cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, consoante expresso nos incisos IX e X do art. 12 da Lei nº 12.775, de 2008.

26. Com estes esclarecimentos, sugere-se a restituição do presente processo à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para conhecimento e demais providências de sua alçada.

À consideração da Senhora Coordenadora-Geral.

Brasília, 10 de maio de 2013.

PATRÍCIA MARINHO DOS SANTOS
Técnica da DILAF

MARCIA ALVES DE ASSIS
Chefe da Divisão de Direitos, Vantagens,
Licenças e Afastamentos - DILAF

De acordo. À consideração do Senhor Diretor.

Brasília, 10 de maio de 2013.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'AVILA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

De acordo. Restitua-se à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma proposta.

Brasília, 13 maio de 2013.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal